

# CENTRO DE MEMÓRIA CAXIAS: TRATAMENTO DO ACERVO DOCUMENTAL

## 1. Breve histórico

Em 23 de janeiro de 1998, uma portaria assinada pelo Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício criou o *Projeto Memória do Judiciário*, cuja implantação ocorreu em 6 de julho do mesmo ano, já na Presidência do Desembargador Cacildo de Andrade Xavier. Pela Portaria nº 35/2000-P, de 11 de outubro de 2000, o *Projeto* converteu-se em *Centro de Memória do Judiciário Gaúcho*. A Portaria nº 01/2002, assinada pelo então Presidente Desembargador Luiz Felipe Vasques de Magalhães, em 09 de janeiro de 2002, transformou o *Centro* em **Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**.

A partir de então, o Memorial vem se dedicando a reunir, sistematizar e divulgar o acervo histórico – material e documental –, da primeira e da segunda instância, do Judiciário sul-rio-grandense, propondo e executando políticas de preservação do acervo histórico e documental. Além disso, propõe e executa políticas de memória institucional e de atividades culturais; concebe e executa projetos de pesquisa temática sobre a História do Direito e do Judiciário no Rio Grande do Sul; oportuniza, por meio de vagas de estágio, espaços para a formação de novos pesquisadores comprometidos com a História do Direito e do Judiciário; oferece elementos para enriquecer o debate sobre a identidade e o papel do Judiciário na moderna sociedade democrática; concebe e executa, por meio do estudo da memória institucional, estratégias facilitadoras de canais de aproximação do Judiciário à sociedade, exercendo papel didático quanto à função do Judiciário e quanto à divulgação dos direitos da cidadania; procura estabelecer, por fim, intercâmbios com outras instituições voltadas à pesquisa histórica e à memória institucional.

Como forma de contribuir para solucionar o problema da preservação do acervo documental, bem como para aproximar o Judiciário das comunidades locais, o Memorial concebeu um programa de interiorização, materializado nos Centros de Memória Regional, os quais são constituídos, sob orientação técnica e institucional do Memorial, em parceria com Universidades, Centros de Pesquisa e Direção de Foros do Interior do Estado. Trata-se

de uma alternativa de gestão pioneira, ainda em fase de implantação, que visa, mediante a constituição de uma rede de parceiros, criar alternativas para o difícil e dispendioso problema da gestão documental, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento dos centros de documentação e pesquisa do Interior do Estado e para melhorar a difusão da reflexão historiográfica sobre a memória e a identidade da Justiça e do Judiciário. A primeira parceira do Memorial nesta atividade foi a Universidade de Caxias do Sul, através da assinatura do Termo de Convênio de 12 de dezembro de 2001, criando o **Centro de Memória Regional – Caxias do Sul**. Dessa forma, através de uma ação conjunta o Tribunal de Justiça do Estado do RS e a Universidade de Caxias do Sul pretendem desenvolver atividades de conservação, pesquisa e divulgação do acervo documental histórico do Poder Judiciário.

O primeiro passo para a concretização do Centro Memória Regional – Caxias do Sul aconteceu em 2002, com a implementação do projeto de pesquisa “Comarca Caxias: a trajetória do judiciário e da justiça”, que tem como principal objetivo analisar a atuação do Poder Judiciário na Comarca de Caxias do Sul, identificando sua estrutura organizacional e a relação estabelecida com a dinâmica social.

Paralelamente a realização do projeto, em julho de 2003, teve início o efetivo processo de implantação do Centro de Memória Regional com a transferência do acervo documental da 1ª Vara Cível de Caxias do Sul para a Universidade de Caxias do Sul. Composto de, aproximadamente, 2.350 caixas, contendo processos, atas, pareceres e demais documentos ligados ao Poder Judiciário caxiense, esse acervo foi instalado numa sala localizada na Biblioteca Central, ficando, inicialmente, sob responsabilidade da Coordenadora da Biblioteca, professora Ana Reuse, e da professora Luiza Horn Iotti, coordenadora do projeto de pesquisa “Comarca Caxias”.

## ***2. Atividades Realizadas e Resultados Alcançados***

Diante do grande volume de documentos e da situação em que os mesmos se encontravam, foi necessário se buscar uma solução para evitar a deteriorização do material

e garantir sua preservação, uma vez que, a partir dessa data, o mesmo passava a ser responsabilidade da Universidade. Assim, foi consultada a, então, arquivista do Centro de Documentação da UCS, Bianca Damião, que sugeriu uma série de providências, entre elas a imediata substituição das pastas de papelão por pastas de polionda e a higienização dos documentos. A princípio ficou definido que esse trabalho de higienização deveria ser realizado por acadêmicos dentro do Programa de Bolsa de Iniciação Profissional, preferencialmente acadêmicos do Curso de História, como forma de envolver os alunos no Projeto Pedagógico do Curso, em fase de implantação, que previa horas para atividades complementares relacionadas à atuação profissional. Para tanto, a arquivista supervisionaria o trabalho, dando as orientações necessárias e, também, elaborando um manual de procedimentos. Dessa forma, ficou acordado que a Biblioteca se responsabilizaria pela concessão de duas bolsas e o Centro de Ciências Humanas e Comunicação, por outra.

Inicialmente, as caixas de papelão, onde os documentos da 1ª Vara Civil de Caxias do Sul estavam armazenados, foram substituídas por caixas de polionda. Posteriormente, teve início o processo de *higienização* do acervo, sendo retirados cliques, grampos, e qualquer outro tipo de material que possam danificar os documentos. Os processos são escovados para retirada do pó e de micro-organismos e, posteriormente, recebem uma capa de papel neutro.

Até maio de 2006 foram *higienizadas* 329 caixas, totalizando 9.558 processos, abrangendo o período de 1898 a 1972, que correspondem aos primeiros 74 anos da Comarca de Caxias do Sul.

No período de 2003 a 2005, os processos higienizados eram, imediatamente, fichados, com o objetivo de retirar informações como: pessoas envolvidas, tipo de processo (inventário, investigação de paternidade, etc.), data, local, etc e fornecer subsídios à montagem de uma base de dados.

A partir de março de 2005, teve início a implantação da base de dados, elaborada pelas funcionárias do Núcleo de Processamento de Dados da Universidade de Caxias do Sul: Claudia Maria Butignol e Cíntia Maffei. Foi um trabalho coletivo, que contou com a participação dos pesquisadores, bolsistas, em especial do acadêmico Fabrício Romani Gomes e da equipe do Memorial do Judiciário.

Os processos são cadastrados na base a partir das seguintes informações:

a) Identificação/contextualização

- § Título
- § Data início e término
- § Dimensão e suporte
- § Procedência
- § Artigo de Lei

b) Conteúdo e estrutura

- § Ementa
- § Palavras-chave
- § Partes
- § Documento incluso
- § Observações

c) Condições de uso/fontes relacionadas

- § Idioma
- § Características físicas e requisitos técnicos
- § Processos vinculados
- § Localização dos originais

d) Informações internas

- § Data do cadastrado
- § Número do processo e caixa
- § Responsável pelo preenchimento
- § Responsável pela conferência

e) Dados pessoais

- § Advogados
- § Juízes
- § Desembargadores
- § Promotores etc